

Estado e Igreja Católica no Brasil e em Portugal: tensões no campo educacional (1940-1960)¹

Carlos Henrique de Carvalho

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP).
Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Resumo: Este artigo é parte do projeto de pós-doutoramento que desenvolvemos na Universidade de Lisboa, com apoio financeiro do CNPq, com o objetivo de compreender o processo de organização da educação, no Brasil e em Portugal, bem como analisar as ações adotadas pelos respectivos Estados e pela Igreja Católica, além das intenções político-ideológicas dessas instâncias promotoras da escolarização. Como resultado observa-se a redefinição nas estratégias das autoridades públicas e religiosas no período de luta pela redemocratização nos dois países; nota-se um pluralismo dos católicos na assunção das preferências ideológicas e partidárias em condições de concorrência eleitoral.

Palavras-chave: 1. Educação. 2. Estado. 3. Igreja Católica. 4. Brasil. 5. Portugal.

Abstract: This article is part of a post-doctoral project developed at the University of Lisbon, with financial support from the CNPq, with the aim of understanding the process of organizing education both in Brazil and Portugal, as well as analyzing the actions taken by the respective States and the Catholic Church, in addition to political and ideological intentions of these instances of promoting education. As a result there is the redefinition of strategies in public and religious authorities in the period of struggle for democracy in both countries, there is a plurality of Catholics in the assumption of ideological and partisan preferences in a competitive election.

Key-words: 1. Education. 2. State. 3. Catholic Church. 4. Brazil. 5. Portugal

Introdução

O presente texto visa a discutir os resultados dos estudos e investigações que realizamos sobre o contexto educacional Luso-Brasileiro, com o intuito de compreender as relações/contradições estabelecidas entre Igreja/Estado nesses dois espaços, tendo como a perspectiva teórica e metodológica de análise a História Comparada, ou seja, nos propomos a trabalhar a *Relação Estado e Igreja, em Portugal e no Brasil, no Pós-Segunda Guerra Mundial*, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a supervisão do Prof. Dr. Justino Magalhães.

¹ Este artigo é resultado das primeiras incursões produzidas no âmbito da pesquisa que estamos desenvolvendo em nosso estágio de pós-doutoramento, sobre a *Relação Estado e Igreja, no Brasil e em Portugal, no Pós-Segunda Guerra Mundial*, junto à Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. Dr. Justino Magalhães, e conta com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Pensar, deste modo, a produção historiográfica luso-brasileira significa projetá-la numa ação mais vigorosa, que seja capaz de promover o estreitamento dos laços entre pesquisadores e instituições dos dois países, ampliando, assim, a dimensão da reflexão nas duas comunidades científicas, mas que ao mesmo tempo, possa trazer novas “abordagens”, novos “problemas” e novos “objetos”, ou seja, “trata-se de uma verdadeira iniciativa de caráter prospectivo, com o propósito de pensar os rumos da História comum, produzida nos dois lados do Mediterrâneo Moreno, à busca de novos paradigmas, definidos a partir dos renovados horizontes historiográficos” (ARRUDA e FONSECA, 2001, p. 13. Conferir também: ARRUDA e TENGARRINHA, 1999; e FALCON, 1988, p. 79-99). Com esta perspectiva, a de ampliar as possibilidades para se estudar a História da Educação nos dois lados do Atlântico, como espaços passíveis de serem comparados; contudo, ciente de que comparar o “mundo” luso-brasileiro não é o somente fazer aproximações verticalizadas, que pouco contribuem para o adensamento do conhecimento histórico-educacional, mas tendo-se em mira a compreensão das suas especificidades históricas, sejam elas políticas, econômicas, religiosas e culturais. Não partimos, assim, do pressuposto de que tais regiões são comparáveis por si mesmas, nem tampouco que apenas colocá-las nos mesmos períodos históricos as coloquem no *status* da comparação, pois comparar é um exercício que parte dos pressupostos e dos interesses do historiador no seu exercício historiográfico. Como bem lembra Dermeval Saviani, “[...] compreender a *comparação* como um procedimento intelectual caracterizado por um potencial crítico mas que, ao mesmo tempo, traz consigo o risco de juntar elementos não suscetíveis de serem reunidos, efetuando aproximações indevidas” (SAVIANI, 2001, p. 7). Além disso, a percepção e a busca das diferenças podem ser mais significativas do que as semelhanças, ao longo do processo de análise do objeto de estudo. E o conjunto das diferenças e semelhanças identificadas deve ser analisado não apenas pela ótica do período em estudo, mas também sob o contexto em que se encontra envolvido, bem como o processo histórico de sua formação. Portanto, comparar não é “justapor monografias na cabeça sob a mesma encadernação”, pois a comparação “consiste em compreender acontecimentos concretos que se explicam por causas materiais” (VEYNE, 2008, p. 140), produzidas pelas interações/tensões das instituições (públicas, privadas e religiosas), que por sua vez tencionam as dimensões sociais e culturais.

Assim, quando analisamos a relação do Estado e a Igreja Católica no Pós-Segunda Guerra Mundial, no Brasil e em Portugal, estamos tratando necessariamente do movimento de difusão de projetos que expressam visões de mundo confluentes e como eles podem atender aos interesses dos dois Estados (Brasil e Portugal), bem como servir aos objetivos de Roma em ampliar sua influência depois das fissuras provocadas pela Segunda Grande Guerra que, de certa forma, provocou abalos internos importantes ao longo dos anos subsequentes no interior da Igreja nos dois países, além de um redirecionamento doutrinário da Igreja, expresso pelo Concílio Vaticano II, apesar de manter suas posições conservadoras². Além dessa conjuntura mais global, cada país vivenciou momentos políticos distintos entre si; enquanto o Brasil entrava numa era de redemocratização e desenvolvimentismo, Portugal continuaria a viver sobre a égide da ditadura salazarista, que perdurou até 25 de abril de 1974, quando a Revolução dos Cravos pôs fim ao Estado Novo português, iniciado em 1933.

² É importante ressaltar que quando se refere a tais fissuras não se advoga aqui que a Igreja Católica apenas passou a enfrentar problemas internos no momento imediato ao término da Segunda Guerra Mundial. Na realidade ela, como instituição eclesial, desde sua constituição como tal, sempre respirou por vários poros que, de alguma forma, expressavam maneiras distintas de pensá-la e concebê-la, mas foram contidas pela obediência hierárquica própria a ela. Talvez a marca mais profunda das divergências endógenas da Igreja foram provocadas por Martin Lutero, em 1517, que resultou na cisão entre católicos e protestantes. Nesse sentido, os abalos causados pela Segunda Guerra e o consequente agutizamento das condições sociais na Europa e, principalmente, nos países do chamado Terceiro Mundo, colocaram a Igreja Católica diante da necessidade de se (re)articular, em relação à sua ação social direcionadas às camadas mais pobres da sociedade; muitas dessas ações foram oriundas do Concílio Vaticano II. Cf. MIRANDA, & PEREIRA, 2000.

Desta forma, não se trata da verificação da ocorrência de fenômenos particulares, mas da identificação de como estes espaços geográficos distintos se inserem nesse movimento mais geral, como também são direcionadas às políticas e ações do Estado e da Igreja, adotadas ao longo desse período. Por outro lado, procuramos abordar as especificidades e homogeneidades presentes, a realidade que os embasam e as consequências que essas políticas e ações geraram. Essa percepção remete a uma “teoria do sistema mundial”, buscando compreender as macroestruturas sociais em meados do século XX, que só podem ser compreendidas, no caso da educação, se se levar em consideração os componentes ideológicos que amalgamaram as relações dessas duas instâncias promotoras de educação, ou seja, Estado e Igreja.

Assim, entendemos que fazer história não é estabelecer uma relação estanque com o tempo ou com o espaço, mas é buscar os pontos em comuns entre o passado e o presente, como também as aproximações de espaços distintos, para evitar que os mortos sejam apenas honrados ou mantidos enclausurados em seus túmulos (Cf. CERTEAU, 2000).

Estado e Igreja no Brasil

No Brasil as transformações que se desencadearam desde os primeiros anos da República Velha demonstram a existência de várias fases no relacionamento entre Estado e Igreja, que nesses momentos iniciais foram caracterizados por uma outra relação política e novos padrões de comportamento sociais (Cf. LAPA, 1990); por conseguinte, há clamores em favor de um sistema público de educação, que se configura em duas tendências nos primeiros anos do regime republicano do país, denominadas por Jorge Nagle (1976) como entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. Para os partidários dessa última perspectiva não bastava apenas a oferta de ensino, mas também a necessidade de oferecê-lo com qualidade. Por outro lado, havia os defensores da expansão da oferta do ensino primário, uma vez que eles atribuíam importância significativa à educação, como propagadora dos “tempos de modernidade brasileira”, ao colocarem em pauta, no contexto da época, a preocupação com a formação do cidadão laico, em decorrência do país apresentar um número desanimador de analfabetos. Desta forma, era necessário alfabetizar, mas ainda formar um quadro de professores que viessem a viabilizar o projeto educacional republicano.

Acrescentado a este contexto, existem as complexidades da vida republicana, que depararam com as tradições e conservadorismo da sociedade brasileira, como fruto de relações paternalistas e de governos autoritários, que acentuavam as diferenças sociais entre o povo e a elite (Cf. FAORO, 2000). Dada esta complexidade, a presença do liberalismo no Brasil resultou em um liberalismo que consagrou as desigualdades e a sanção da lei do mais forte. Em consonância com tal argumento, Silva afirma:

Se me perguntarem se existe liberalismo no Brasil, responderei que se existem alguns que se consideram liberais, liberalismo não existe, porque nunca existiu. Houve liberais, uns com maior relevo na cena política, outros menos importantes. Enquanto movimento de idéias e práticas políticas, no entanto, o liberalismo nunca chegou a se estruturar (portanto a existir), em boa medida porque a realidade social militava e continua militando contra ele, seja no terreno das idéias, seja no das práticas sociais, políticas e econômicas (SILVA, 2003, p. 19).

Por outro lado, a separação da Igreja do Estado, pelo menos em termos legais desde 1891, foi condenada pelas lideranças católicas, ao apontarem essa separação como uma agressão ao povo brasileiro que, em sua essência religiosa, era católico. De acordo com a análise de Araújo (ARAÚJO, 1986, p. 42), “nos primeiros anos republica-

nos, a Igreja Católica no Brasil armou-se de um projeto ideológico. Sua finalidade era muito objetiva: trazer a sociedade brasileira de volta ao espírito cristão com a ajuda, julgada imprescindível, do Estado”. A Igreja defendia a ideologia de Sociedade Perfeita: o que direcionaria suas ações para os aspectos sociais³, mas não deixaria de afirmar a própria recristianização da sociedade.

O discurso da Igreja Católica voltou-se para o reordenamento social, com propósito de iniciar sua obra restauradora por meio de valores fundamentados pela sua religião. A encíclica *Rerum Novarum* (1891) foi o sinal de uma nova mentalidade da Igreja diante do mundo. Ela defende a questão social e operária, fundamentando a ação social da Igreja com o objetivo de fazer acalmar os ânimos em relação às diferentes realidades sociais:

Em todo o caso, estamos persuadidos, e todos concordam nisto, de que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação do infortúnio e de miséria imerecida (LEÃO XIII, 1980, p. 10).

É neste contexto que a Igreja Católica (Cf. VILLAÇA, 2006) iniciou um movimento de reação contra os princípios da República, em vista de seu caráter laico; havia ainda muitos prelados e clérigos saudosistas da época imperial, quando a instituição eclesiástica gozava de uma série de privilégios, por ser o catolicismo a religião oficial do país⁴. Esta preocupação é externalizada por Dom Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, em sua Carta Pastoral de 16/07/1916, por meio da qual expressa os meios para enfrentar os problemas que atingem a Igreja Católica no Brasil, ao preconizar a importância da pregação, da evangelização do trabalhador, da leitura, da instrução religiosa no lar e, acima de tudo, nas escolas. Portanto, conforme argumenta Tristão de Athayde (Alceu de Amoroso Lima),

o ideal pedagógico, da realidade e do método, é condição prévia de ordem e harmonia necessária à ciência da educação. E só assim poderemos chegar a uma pedagogia integral, que não sacrifique o equilíbrio fundamental entre a ordem natural e sobrenatural das coisas. E o caminho da pedagogia católica, a meu ver, deve ser justamente o estudo acurado de todos os métodos novos, introduzidos pela pedagogia moderna, de todos os fatos revelados pela psicologia experimental ou pelas experiências seculares do tema à luz de uma filosofia verdadeiramente católica da vida. E o sentido que damos aí ao termo católico é tanto de substantivo como de adjetivo, isto é, tanto de doutrina da verdadeira posição do homem na vida histórica, como da universalidade, integralidade de sua expansão (ATHAYDE, 1931, p. 19).

Contradizendo a pregação católica, os republicanos acusam-na de manter um posicionamento de total inércia frente a um dos problemas mais graves do país naquele

³ Ameaçada pelos ideais liberais a Igreja procurou assegurar sua influência na sociedade; isso implicou um lento trabalho de fortalecimento da função episcopal, e procuravam defender uma “mútua colaboração entre o poder civil e eclesiástico em favor da nação”. Unir Igreja e povo deveria ser a missão dos católicos, pois “assumir a *causa social* era então confiada a Igreja” (MATOS, 2003, p. 19).

⁴ O Estado, para os católicos, está para a pessoa e não a pessoa para o Estado. A razão de ser do Estado é a de vir ao encontro das necessidades do indivíduo e da família, por si só insuficientes para atender a todas as solicitações do Bem Comum. Nesse sentido, deve-se submeter à Igreja, pois os interesses da ordem espiritual superam os da ordem temporal. Para este grupo, mesmo que a religião católica não seja a oficial do Estado, ela se constitui na religião nacional, em razão de o Brasil ter nascido, crescido e sido educado sob a égide do cristianismo (Cf. ATHAYDE, 1931; ATHAYDE, 1935).

momento, ou seja, o combate ao analfabetismo do povo brasileiro. A esse respeito, Jorge Nagle faz as seguintes colocações:

[...] A Igreja Católica foi acusada de não colaborar para o combate ao analfabetismo apesar de possuir recursos e organização para isso. Ainda mais, o Catolicismo no Brasil, como ocorreu em outros países, foi culpado de ser um fator de analfabetismo, pois, nas nações em que vingou, se encontram os maiores índices de população analfabeta. Disso tudo, decorre o grande dever do Catolicismo no Brasil: exercer, no máximo, o papel educativo que lhe cabe, mas sem procurar enfraquecer e desvirilizar o povo brasileiro, com o emprego de noções e teorias (NAGLE, 1976, p. 106).

Por outro lado, os republicanos ganham legitimidade pelo apoio, quase que incondicional, dos positivistas (Cf. CARVALHO, 1998; e CARVALHO & CARVALHO, 2000, pp. 81-90) e liberais (Cf. PAIN, 1995), cujas doutrinas obtiveram grande aceitação nos estratos sociais das elites, as quais procuraram incentivar o espírito cívico em torno do ideal republicano (Cf. PAIM, 1981; CARDOSO, 1981), e isso encontra posição ao pensamento conservador da Igreja Católica, que se apresentava contrária ao processo de secularização da sociedade brasileira levada adiante pela Primeira República.

A radicalização católica se afirma na década de 1920, por meio das pregações de Dom Sebastião Leme, líder do episcopado brasileiro, que assume papel fundamental na política social da Igreja no Brasil, conforme dissemos acima. Do ponto de vista político, temos nele um notável estrategista, criador de formas de convivência com o novo regime e de apoio mútuo entre Igreja e Estado⁵. Com esse propósito é fundado em 1922 o Centro Dom Vital, por Jackson Figueiredo, com o apoio de Dom Leme, que já em 1921 criara a revista *A Ordem* (Cf. RODRIGUES, 2005), pois seu objetivo é “recatolizar” o Brasil, a partir da manutenção da ordem simbólica religiosa, o que contribuiria também para a permanência da ordem política, principalmente durante todo governo Vargas, ao discutir, de maneira enfática, temas como educação, ação católica e combate ao comunismo; isso, num primeiro momento. Posteriormente, condena o liberalismo, cujo erro fundamental era ignorar a suposta unidade espiritual brasileira, vista pelos intelectuais d’*A Ordem* como a base de toda unidade nacional. Com esses princípios, a revista se constituiu no principal canal de divulgação dos valores católicos, na sua ação para se reaproximar do Estado, ou seja,

para se compreender o processo de a aproximação [entre Estado e Igreja] cabe lembrar que o período republicano, especialmente até a década de 1920, foi marcado pelas fissuras provocadas pelo decreto de separação assinado unilateralmente por aqueles que puseram fim ao Império, proclamaram a República, assumiram o governo e decretaram a laicidade do estado igualando, de uma única vez todas as instituições religiosas. A partir de então, embora a separação pouco afetasse a convivência entre o poder público e o poder religioso na vida local e regional, a Igreja passou a perseguir dois objetivos: o primeiro buscou redefinir suas relações com o Estado, manter sua autonomia nos assuntos da religião e garantir a continuidade dos recursos para as obras sociais e institucionais; o segundo visou consolidar sua es-

⁵ O envolvimento da Igreja Católica em assuntos políticos no Brasil é historicamente observado desde os tempos coloniais, através das ações de seus diversos grupos, que se interessavam pela política, e muitos deles se deixavam envolver com maior ou menor intensidade em situações ligadas ao campo das lutas políticas no país. Esse interesse se manifesta sob formas e profundidades diversas de participação, de acordo com as posições dos membros da Igreja perante os movimentos políticos, fossem eles voltados para os setores mais desfavorecidos da sociedade ou para aqueles mais privilegiados. Isso denota que no interior da Igreja Católica, de maneira mais geral, tanto na realidade brasileira como na portuguesa, e não apenas nelas, suas facções eram inspiradas, ou motivadas, por uma visão de homem e de mundo própria de cada momento histórico (Cf. LUSTOSA, 1983).

trutura interna de acordo com o modelo romano (MARCHI, in: SZESZ, 2003, pp. 209-210).

Diante das contradições que nortearam a República Brasileira, compreendemos que a Igreja persistiu na luta pela restauração, daí a necessidade de fazer prevalecer sua autoridade e ordem numa sociedade cristalizada pelos interesses religiosos desde os tempos coloniais.

Nesse quadro, o novo momento exigia não só a participação política dos católicos, como conclamava o povo para as grandes passeatas em defesa da fé cristã. O Centro Dom Vital foi fundado com o propósito de catolizar as leis, lutar pelos direitos do povo, pela paz, bem como para contribuir com a Igreja na defesa pela recristianização da sociedade. Surgiu em um momento singular para a história do país, o ano do centenário da Independência do Brasil, época em que os sentimentos nacionalistas, renovadores e católicos se acentuaram. Conforme Dias,

três revoluções tiveram assim no ano de 1922 seu marco inicial: a revolução política, com o início do movimento tenentista que culminou com a “Revolução de 30”; a revolução literária, representada pela Semana de Arte Moderna, no mês de fevereiro, em São Paulo; e a revolução espiritual, desencadeada, pelo Centro Dom Vital. Lembremos ainda que neste mesmo ano foi fundado o Partido Comunista, no Brasil (DIAS, *Op. Cit.* 1996, pp. 89-90).

Todos esses acontecimentos vão “desaguar” na Revolução de 1930, que marca uma nova fase de relação entre Estado e católicos no Brasil, ao buscar a reaproximação do Estado, rumo à sua proposta de restauração católica. Essa mesma Igreja adotou o pacto de colaboração com a Segunda República, pois o governo encontraria nela uma aliada diante do povo, apontado por Fausto como

uma importante base de apoio do governo foi a Igreja Católica [...]. A Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas (FAUSTO, 2002, p. 186).

A aproximação entre Igreja e Estado foi claramente percebida no evento da inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, em 12 de outubro de 1931. “Getúlio e todo o ministério concentravam-se na estreita plataforma da estátua pairando sobre o Rio de Janeiro” (idem, *ibidem*, p. 186). Antecedendo a inauguração da estátua do Cristo Redentor, a Igreja aclamou, no mesmo ano de 1931, Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. São atitudes que reforçam a ação política da Igreja direcionada para as massas, firmando seus valores e testemunhos nas gerações vindouras, que tem na ritualização desses monumentos um importante instrumento da crença católica. Na verdade, a aliança, durante os anos de 1930 a 1945 do governo Vargas,

entre Igreja e Estado, suas necessidades e vantagens, é explícita na Encíclica *Divini Illus Magistri*, de Pio XI, que retoma as palavras do cardeal Silvio Antoniano: “Quanto mais concorre para a conservação do estado. Pois que, enquanto o superior eclesiástico procura formar um homem cristão com a autoridade e os meios espirituais, segundo o seu fim, procura ao mesmo tempo e por necessária consequência formar um bom cidadão como ele deve ser sob o governo político”. [...] Colocando-se a serviço da classe dominante, a Igreja contribui para a manutenção do status. [...] A Encíclica *Divini Illus Magistri*, ao expor a doutrina da Igreja sobre educação, afirma que somente a educação cristã é adequada e perfeita, que a edu-

cação pertence de modo sobreeminente à Igreja e à família, que ao estado cabe a suprir as deficiências da família, sendo injusto e ilícito o seu monopólio educacional (BUFFA, 1979, p. 101).

Mas, nos anos posteriores a esses marcos referenciais, o Brasil enfrentará toda sorte de adversidades e procurará caminhos que lhe permitam superar tanto as mazelas herdadas da República, como também definir os contornos para a redemocratização do país, depois da Era Vargas, e promover o seu desenvolvimento econômico. No início era necessário não apenas defender e garantir a continuidade da aliança entre Estado e Igreja Católica, mas também formar uma ideologia a qual permitisse que todos se enxergassem como cidadãos, responsáveis e empreendedores de uma nova era. E para a consolidação destes princípios, a educação é chamada à cena para preparar a população para esta nova realidade.

No entanto, o país vivencia momentos de grande agitação política entre 1945 e 1964: a eleição e o posterior suicídio de Getúlio Vargas em 1954, com o fim do Estado Novo; o conturbado processo eleitoral de 1955, com a vitória de Juscelino Kubitschek (Cf. MARANHÃO, 1981), o qual faz o Brasil experimentar uma fase de desenvolvimentismo econômico, seguida de uma profunda crise político-financeira, já no governo de Jânio Quadros em 1961, acentuada com a posse de seu vice João Goulart, devido à renúncia de Jânio em agosto desse mesmo ano, que acabou resultando no golpe militar de 1964 (Cf. DRAIBE, 1985; DREYFUS, 1987; FAUSTO, 1996). Todos esses fatores conjugados impedem que o país consolide um sistema nacional de educação, mesmo depois da aprovação da Lei nº 4.024 de 1961 (Cf. CURY, 1984; LIMA, 1978; FREITAG, 1986), que, durante as discussões do seu projeto, faz emergir novamente o conflito entre os defensores do ensino público e os favoráveis à escola particular. As discussões arrefeceram durante a vigência do Estado Novo. Com essas transformações em curso na sociedade brasileira, observa-se um processo de mudança de paradigmas no interior da Igreja Católica no Brasil, que ganha força a partir do início dos anos 60, sob a influência do Concílio Vaticano II. Nos anos de 1950 a 1960, a Igreja irá priorizar a questão do desenvolvimentismo, uma vez que essa ideologia assume papel importante dentro do pensamento econômico da CNBB, contagiada “pela idéia de progresso e pela crença de que o desenvolvimento é possível na periferia do sistema capitalista” (Cf. MONTEIRO, in: PAIVA, 1991, p. 82). Claudia Fuser destaca que esse posicionamento da CNBB pode ser entendido como um apelo, ou seja,

a Igreja foi chamada a assumir nesse período um papel de mediadora entre o aparelho estatal e a sociedade civil. Essa chamada, contudo, não foi feita pelo Governo. Nasceu da remontagem das estratégias de influência por parte da própria Igreja. Em outros termos, a Igreja percebeu que, para manter sua força institucional, necessitaria desenvolver ações que a levassem a se colocar como porta-voz dos interesses da sociedade civil e simultaneamente como consciência moral de um processo histórico. Ora, o desempenho desse papel exigia uma atitude de aceitação dos fundamentos sobre os quais se assentavam o Estado e a organização econômica da sociedade. [...] Isso não quer dizer, contudo, que toda a Igreja se tornou desenvolvimentista ou que o processo de modernização da Igreja teve como único reflexo, a nível ideológico, a doutrina desenvolvimentista (FUSER, 1987, pp. 100-102).

Apesar dessa postura inicial um tanto quanto centrada no viés econômico, percebe-se que, ao contrário da posição adotada durante o Estado Novo de Vargas, no qual a Igreja assumiu uma posição conciliatória diante desse regime autoritário, a CNBB desempenha um papel muito importante na articulação da sociedade civil, bem como na defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas, da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e em favor da redemocratização do país. Mas é válido lembrar

que a Igreja Católica brasileira, mesmo apresentando essa mudança de rumos, em relação ao Estado e seu papel perante a sociedade, tem de enfrentar divisões internas entre reformistas e os modernizadores conservadores, que evidenciam uma resistência às mudanças propostas (Cf. MORAIS, 1982). No entanto, também buscaram estabelecer uma relação de equilíbrio. Sobre essa situação Scott salienta:

[A Igreja] estava dividida entre reformistas e os modernizadores conservadores. Os modernizadores conservadores eram a facção dominante na Igreja durante o início e a metade da década de 50 e, até o final da década de 60, dividiram a hegemonia com os reformistas. Como os reformistas, eles acreditaram que a Igreja devia mudar, mas promoviam um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa [...] Como os reformistas, os modernizadores conservadores acreditavam que a Igreja necessitava promover uma participação leiga, mas estes estavam preocupados em manter a obediência hierárquica do que os reformistas que adotavam a noção de Igreja como o povo de Deus [...]. Os reformistas aceitaram a secularização como inevitável e acreditavam que ela traria algumas conseqüências positivas. Eram menos antiprotestantes e mais anticomunistas do que seus predecessores e mais preocupados com a justiça social e com a comunidade (MAINWARING, 2004, pp. 65-66).

É em meio a esse caleidoscópio que são consubstanciadas as relações entre Estado e Igreja Católica no Brasil; por vezes ocorrem tensões no interior das próprias instituições eclesiais, como as materializadas no âmbito da CNBB. Por outro lado, há momentos de conflitos agudos no relacionamento da Igreja com o Estado, como aqueles vivenciados em torno da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61), como ainda todas aquelas ligadas às questões sociais.

Estado e Igreja em Portugal

No processo de desenvolvimento do Estado Novo português, entre 1933 e 1974, a Igreja Católica redefiniu o seu lugar e papel na sociedade e frente ao próprio Estado. De forma recíproca foi redefinida a relação do Estado com a Igreja e a religião. Essa transformação resultou da combinação de quatro fatores primordiais à compreensão de todo esse processo. Em primeiro lugar, pelas mudanças experimentadas pela Igreja Católica durante o salazarismo; segundo, pelas estratégias das autoridades públicas e religiosas no período de luta pela redemocratização do país; depois, pelo pluralismo dos católicos na assunção das preferências ideológicas e partidárias em condições de concorrência eleitoral; finalmente, pelo aprofundamento do processo de secularização da sociedade portuguesa.

É importante ressaltar também que o regime autoritário português, o salazarismo, tem inspiração na doutrina social cristã, pois

a formação de jurista de Salazar e sua militância católica levavam-no a distanciar-se de qualquer lógica de tipo totalitária. [...]. Tal Estado seria essencialmente pagão, incompatível por sua natureza com o gênio da nossa civilização cristã, e cedo ou tarde haveria de conduzir a revoluções semelhantes às que afrontaram os velhos regimes históricos e que sabe se até a novas guerras religiosas mais graves que as antigas (TORRALBA, 2003, pp. 136-137).

Essa “marca” ideológica do regime pode ser observada pelo fato de existir durante anos uma relativa harmonia entre Estado e Igreja, mas, excepcionalmente, esta foi abalada por divergências, que ganham relevo já nos anos de 1950, quando católicos e salazaristas começam a divergir.

Se internamente o salazarismo foi uma ditadura implacável, na política internacional, o regime não foi totalitário, muito menos antissemita, pois manteve uma relativa “neutralidade” para com os aliados da Segunda Guerra Mundial. Afinal, Salazar era um intelectual da primeira geração da democracia cristã e também fora um aguerrido militante católico, ideólogo do Centro Acadêmico da Democracia Cristã.

No Pós-Segunda Guerra, a doutrina social cristã ajudou a reconstruir muitos Estados europeus, segundo os modelos de economia social de mercado e da organização política democrática. O Estado era estimulado a promover a autonomia da sociedade civil e da iniciativa privada. Mas, ao contrário do que acontecia na maior parte da Europa Ocidental, o Pós-Segunda Guerra em Portugal não se constituiu em um momento de ruptura política, ou seja, como na Espanha de Franco. Salazar conseguiu sobreviver aos novos ares democráticos, principalmente ao invocar a doutrina social cristã; porém esta relação de proximidade com a Igreja já começa a apresentar as primeiras fissuras, isto é, aparecem divergências que, no final dos anos de 1950, vão ganhar densidade, em razão do afastamento da Igreja do povo lusitano neste momento.

É neste panorama dos anos de 1950 que emergem os Documentos Pastorais do então Bispo do Porto, Dom António Gomes Ferreira, em especial sua Carta Memorando de 1958, endereçada ao Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. A publicação dessa carta abre uma profunda crise entre Estado e Igreja em Portugal, delineada a partir do término das eleições presidenciais de 1958, por ocasião da divulgação do conteúdo da referida Carta Pró-Memória escrita pelo Bispo do Porto. Tal fato pode ser assim caracterizado. Em várias deste documento é realçada a necessidade do governo prestar mais atenção ao estado de penúria e miséria da população portuguesa, caracterizando-a da seguinte forma:

Não poderei dizer quanto me aflige o já hoje exclusivo privilégio português do mendigo, do pé-descalço, do mal-trapilho, do farrapão; nem sequer o nosso triste apanágio das mais altas médias de sub-alimentação, de crianças enxovalhadas e exangues e de rostos pálidos (da fome? De vícios?) [...]. O Estado venha educar ou ‘ensinar’ os trabalhadores é também do maior melindre. Não seria preciso vivermos numa época de ‘suspeição ideológica’ para que os operários desconfiassem do favor; na situação presente é quase fatal que o operariado veja, como vê, no Estado o aliado do patronato [...] Insisto que isto é para mim um problema de Igreja, um problema ‘profissional’ de bispo. Reconheço sem dúvida que se torna um tremendo problema de Nação; mas só depois problema de Igreja (Arquivo Nacional da Torre do Tombo. AOS/CO/PC-51, fls. 47-62. *Carta Pró-Memória*, Lisboa, 13 de julho de 1958).

Todo isso reflete, de forma mais intensa, o pensamento social-cristão desse período, agora defensor de uma terceira via, que não fosse chancelada pelo autoritarismo de Salazar, mas também que não circundasse os princípios do comunismo nem muito menos os do liberalismo, considerados por D. António Ferreira Gomes como verdadeiras heresias. Mas por outro lado, é a expressão das dificuldades de relacionamento entre Igreja e Estado já advindas desde os anos 30, por ocasião das discussões sobre a Concordata de 1940 e do Acordo Missionário do mesmo ano, bem como das tensões abertas em torno das reformas educacionais desencadeadas pelo Estado ao longo dos decênios de 30, 40 e 50.

São novos sujeitos e novos problemas que, por sua vez, vão compor outros caminhos para se entender a História da Educação no Brasil e em Portugal. Trata-se de desnudar outras experiências e outras visões que também não deverão servir simples-

mente para compartimentar a história, mas, sim, acrescentar outros elementos à sua compreensão. A educação torna-se tema geral, no Pós-Segunda Guerra, mas justamente nesse terreno é que se evidencia a presença das peculiaridades dos debates que envolveram católicos e liberais. Não apenas no Brasil, como também em Portugal, aparecem as diferenças, as individualidades e, por que não?, as comparações entre os dois espaços, possibilitando relacioná-los a contextos mais gerais.

Considerações finais

Diante das pontuações feitas acima, mesmo que de forma resumida, podemos sublinhar a importância desse período para o estudo do espaço Luso-Brasileiro pelos seguintes aspectos: o ano de 1945⁶, em razão do término da Segunda Guerra Mundial, que inaugura uma nova fase nas relações políticas entre Estado e Igreja, tanto na Europa como na América Latina, e o de 1962, por ocasião do início do Concílio Vaticano II⁷. Por outro lado, há diversas razões, que incidem tanto sobre a realidade brasileira quanto sobre a portuguesa. Algumas são comuns; outras, específicas de cada localidade; mas todas demonstram a importância do estudo desse período para a compreensão da História da Educação, tanto em terras brasileiras como lusitanas.

Entre outros fatores importantes que se desenrolam na segunda metade do século XX, com repercussões na relação entre Estado e Igreja, chamamos a atenção, em primeiro lugar, para o fato de que os dois países vivenciaram o autoritarismo do Estado Novo, que ocorre em 1937 (Cf. LENHARO, 1986; HORTA, 1994; CUNHA, 1989) no Brasil e em 1933 (Cf. MARTINS, 2000) em Portugal. Apesar de estarem fora do limite temporal inicial, são importantes para a compreensão dos desdobramentos posteriores das relações estabelecidas pelos respectivos estados em suas relações com a Igreja. Em segundo lugar, temos a difusão da ideologia da democracia ocidental, fruto nesse momento da Guerra Fria (Cf. BARROS, 1986), que coloca o comunismo como o principal inimigo do ocidente cristão, cabendo à Igreja, em unidade com o Estado, arrefecer os ânimos revolucionários e “antidemocráticos” de cada país. Em terceiro, temos o fenômeno da contestação, de parte da Igreja de ambos os países, das condições de vida de suas populações, principalmente aquelas ligadas aos fatores econômicos, mas também às precárias condições de ensino, tanto no Brasil como em Portugal, com o Estado assumindo, no Pós-Segunda Guerra, a direção da instrução pública. Em quarto, a preocupação que se coloca, tanto em Portugal como no Brasil, é conter os movimentos populares em prol da organização de uma educação popular, que no caso brasileiro recebe apoio da chamada ala progressista da Igreja, liderada por Dom Helder Câmara, que batalha por uma renovação da catequese, em termos de conteúdo, método e pedagogia; já em Portugal, o principal agente de resistência ao autoritarismo do governo de Salazar é o bispo do Porto, Dom António Ferreira Gomes, que se configura nos anos de 1950 como a principal voz da Doutrina Social da Igreja portuguesa. Em quinto, temos o problema da necessidade de formação de mão de obra qualificada para o enfrentamento da modernização da economia e a busca da industrialização. Para o caso do brasileiro, há a preocupação em suprir o mercado de trabalho para a expansão desenvolvimentista de como formar essa população e, para Portugal, a necessidade de acompanhar o processo de unificação econômica da Europa iniciado no final dos anos de 1950.

⁶ Cf. HOBBSAWM (1995), com especial atenção para a segunda parte do livro, intitulada “A Era de Ouro”, em que são abordados os principais acontecimentos que ocorreram depois de 1945, como a Guerra Fria, a Revolução Social, dentre outros.

⁷ Na verdade, o Vaticano II foi um evento muito mais de caráter europeu, pois era dominado, majoritariamente, por bispos e teólogos do velho continente. No entanto, as reformas do Concílio conduziram a mudanças que foram mais expressivas nos países da América Latina do que na própria Europa. Cf. BEOZZO, 2005.

É nesse universo em ebulição, marcado pelas transformações econômicas advindas do Pós-Segunda Guerra Mundial e pelas mudanças políticas internas de cada país, estas atreladas à ideologia da democracia liberal, que o Brasil procura incorporar, buscando aí inspiração para os projetos de reforma social em particular, aquelas ligadas às propostas educacionais, consubstanciadas nos debates entre liberais e católicos que precederam à aprovação da Lei 4.024 de 1961. E é no bojo dessas discussões que estudamos a relação entre Estado e Igreja, bem como seus respectivos projetos educacionais no espaço Luso-Brasileiro.

Na execução da pesquisa, foram utilizadas algumas categorias de análise que nortearam a investigação, procurando eliminar a dispersão de esforços e garantir a coleta de informações diretamente relacionadas com os objetivos do estudo. No entanto, deve-se ficar claro que não foi uma classificação “modelar” ou definitiva, mas apenas uma porta de entrada, entre muitas, para se compreender a trama das relações estabelecidas entre Estado e Igreja Católica, bem como das demais articulações que ocorrem à margem desses acordos.

Portanto, o centro do estudo foi a delimitação do que estamos chamando de relação entre Estado e Igreja, entendida como as ações desenvolvidas no âmbito da sociedade civil, como a pregação em favor da educação católica, do anti-comunismo e da unidade nacional cristã, compreendidas numa perspectiva política da ação da Igreja, que possibilitou, na segunda metade do século XX, em Portugal e no Brasil, um pacto entre essas duas instâncias de poder, tanto no plano terreno quanto no espiritual. Também se inclui nesse contexto a apropriação de que as elites fazem dessas ações levadas a cabo pela Igreja e pelo Estado, ao tirarem proveito destas para a concretização de seus objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade cristã. Deve-se acrescentar que esse movimento foi possibilitado pela difusão da crença no poder regenerador do cristianismo que, por meio da educação, conseguiria resguardar as famílias lusitanas e brasileiras das ameaças oriundas do individualismo liberal e do comunismo soviético anticristão.

Bibliografia

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão da (orgs.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: EDUSC/ICCTI, 2001.

ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

ATHAYDE, Tristão. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

ATHAYDE, Tristão. *Pela ação católica*. Rio de Janeiro: Anchieta, 1935.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública x escola privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História da República*. Tomos I e II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Carlos Henrique & CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. O positivismo e o pensamento educacional de Durkheim. *Educação e Filosofia*. Uberlândia: Vol. 14, n.º 27/28 jan/jun e jul/dez 2000, pp. 81-90.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CUNHA, Célio da. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez, 1989.

CURY, Carlos Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

DREYFUS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FALCON, Francisco. Historiografia Portuguesa Contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo. *Estudo Histórico*. Rio de Janeiro, n.º 1, 1988, pp. 79-99.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo. 2000.

FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

FUSER, Claudia. *A economia dos bispos: O pensamento econômico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (1952/82)*. São Paulo: Bional, 1987.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, José Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LAPA, José Roberto do Amaral. *História Política da República*. Campinas: Papyrus, 1990.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. São Paulo: Paulinas, 1980.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus/ Editora da Unicamp, 1986.

LIMA, Danilo. *Educação, Igreja, Ideologia: uma análise sociológica da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e Política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARCHI, Euclides. Igreja e Estado Novo: Visibilidade e Legitimação, in: SZESZ, Christiane Marques *et al.* (orgs.) *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura e Ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003.
- MARTINS, Manuel Gonçalves. *O Estado Novo e a Oposição (1933-1974)*. Rio de Mouro: Ferreira Editor, 2000.
- MATOS, H. C. *Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MATOS, Luís Salgado. A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (setembro de 1958-outubro de 1959), in: *Análise Social*. Lisboa, vol. XXXIV, 1999.
- MIRANDA, Beatriz Dias & PEREIRA, Mabel Salgado. *Memórias eclesiásticas: documentos comentados*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.
- MONTEIRO, Paula. A Igreja Católica diante da Modernidade Brasileira, in: PAIVA, Vanilda (org.). *Catolicismo, Educação e Ciência*. São Paulo: Loyola, 1991.
- MORAIS, João Francisco Régis de. *Os bispos e a política no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U, 1976.
- OLIVEIRA, Miguel de. *História Eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União-Gráfica, 1948.
- PAIM, Antônio (org.). *Plataforma política do Positivismo ilustrado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- PAIN, Antônio. *O liberalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.
- SAVIANI, Dermeval “História Comparada da Educação: algumas aproximações”. *História da Educação*, n. 10, out. 2001.
- SILVA, S. V. *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.
- TORGAL, Luís Reis. Estado Novo Português: Estado Totalitário?, in: SZESZ, Christiane Marques (org.). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. Bauru: EDUSC, 2003.
- VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.